

Algarve, um futuro para as ruínas?

Rui Parreira (*)

Algarve, um futuro para as ruínas? - A valorização de sítios arqueológicos inseridos numa rede de lugares com potencial turístico

«Face a um desafio no sector turístico, é preciso saber se o projecto vem criar mais emprego, se vem combater a sazonalidade e se vem ajudar a combater a desertificação do interior. Tem de cumprir pelo menos estes três requisitos para que seja reconhecido como um projecto de interesse municipal e regional». Manuel da Luz, Presidente da C.M. de Portimão, in Barlavento online, 2008.

2.

Naturalmente que o uso de um lugar para fins actuais é, na grande maioria das situações, incompatível com a preservação integral das marcas do passado histórico desse mesmo lugar. Ora, uma vez que os recursos patrimoniais são bens culturais finitos e não renováveis, torna-se essencial proceder a uma avaliação do potencial científico e cultural dos sítios arqueológicos já conhecidos e a um planeamento das actividades de uso do território, prevendo a eventualidade de reconhecimento de novos sítios ainda ignorados. É por isso que a preservação do chamado «património arqueológico» – isto é, o conjunto dos bens com origem na actividade humana cuja caracterização se efectua mediante métodos próprios da Arqueologia – é hoje essencialmente uma tarefa de gestão dos recursos culturais da sociedade, indissociável das tarefas de gestão do território. No seu papel de gestores de uma herança cultural, os arqueólogos convertem-se em actores de um projecto de território. Para essas tarefas, que ademais implicam todos os cidadãos, o Estado tem vindo a criar princípios e mecanismos normativos e de aferição, acolhidos nomeadamente no novo PROT, que define um conjunto de eixos estratégicos de desenvolvimento regional, três dos quais nos merecem particular atenção:

§ Criar condições de qualificação e diversificação do turismo dentro de pautas de competitividade e sustentabilidade;

§ Promover a diversificação da base económica e a emergência da Sociedade do Conhecimento, reconhecendo que não é realista supor que o Algarve possa contar com o crescimento continuado da procura turística para, a longo prazo, assegurar ritmos de crescimento económico elevado;

§ Reforçar a coesão territorial e a valorização integrada das potencialidades das diversas subregiões e territórios, mediante a integração dos espaços menos desenvolvidos (a Serra e vastas áreas do Barrocal) na dinâmica do desenvolvimento regional. Nesta perspectiva, o destino dos bens arqueológicos imóveis preservados *in situ* deveria ser ponderado não só em função do seu valor patrimonial (o que implicaria um adequado conhecimento do património arqueológico regional) mas igualmente em função da forma mais correcta de conservação (em princípio, a forma mais eficaz de conservação de um sítio não ameaçado é mantê-lo enterrado), das suas condições de preservação e da viabilidade da sua valorização, tornando o sítio arqueológico visitável. É uma decisão que implica riscos para a conservação das ruínas, assim «sacrificadas» a eventuais mais-valias que, do ponto de vista cultural, a sua valorização possa vir a gerar, e que deve ser acompanhada de um plano de gestão e manutenção, que, para além de minimizar riscos e garantir a preservação dos bens arqueológicos envolvidos, tem que articular o sítio visitável com outras medidas de política cultural. Numa perspectiva de maior rentabilização dos investimentos em Cultura, deve-se promover a inserção dos sítios visitáveis numa rede de lugares com potencial turístico. Nos dias que correm, parece ser mesmo a actividade turística que favorece a valorização cultural dos sítios arqueológicos, num complemento ao tradicional roteiro do sol e da praia. Tal permitiu já, no Algarve, começar a concretizar um plano de «Itinerários Arqueológicos», que contam já com um pequeno número de sítios visitáveis, os quais não correspondem, porém, necessariamente aos sítios com maior interesse científico mas sim àqueles que têm um maior potencial, digamos, «comunicativo». Esta estratégia apresenta alguns riscos: os arqueólogos tendem a ser assim

confrontados com uma situação que lhes é imposta socialmente: se a investigação é que é suposto constituir o cerne da actividade arqueológica, a Arqueologia tende a ser apenas socialmente aceite e apoiada na medida em que os arqueólogos se adaptem ao que a ideologia dominante na sociedade espera que eles produzam: isto é, descobertas peculiares (ou mesmo sensacionais) e sítios visitáveis. Este condicionalismo pode vir a fazer desembocar o trabalho dos arqueólogos naquilo que já foi chamado de «Arqueologia *promenade*» - sendo o seu reverso, de efeitos basicamente perversos, aquilo que o mesmo autor chamou de «Arqueologia *agit-prop*» (as expressões são de Victor Gonçalves, prestigiado professor catedrático de Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa). Em ambos os casos, os arqueólogos, em vez de serem chamados a problematizar, são essencialmente chamados a contar uma história plausível sobre os sítios.

3.

Ao contrário de uma prática exclusivamente enfeudada ao turismo, acredito ser possível desenvolver práticas alternativas de intervenção e de gestão integrada do património cultural histórico-arqueológico, que, muito embora aproveitando as «janelas de oportunidade» que o turismo oferece, possam estimular uma interpretação problematizante dos bens arqueológicos e das paisagens culturais em que eles se integram, potenciando o desenvolvimento local e a consciencialização de que as comunidades não têm uma atitude meramente adaptativa mas que possuem reais capacidades organizativas de transformação e desenvolvimento sustentável do meio em que vivem. Um diagnóstico sumário da situação actual mostra-nos, no Algarve, um panorama pouco convidativo à visita de sítios arqueológicos e muito pouco propiciador de uma eficaz conservação dos sítios visitáveis. E não deixa de ser preocupante verificar que os sítios arqueológicos visitáveis não têm, na sua maioria, uma ligação institucional clara a uma entidade de carácter museológico que garanta o cumprimento das funções museais – de investigação, de estudo do território, de documentação e inventário, conservação e segurança, interpretação e exposição, educação e divulgação cultural, valorizando a identidade e construindo a memória futura. Também não têm adstrito pessoal qualificado e especializado. E limitam-se a apresentar patrimónios, com problemas de conservação nem sempre bem resolvidos e sem uma programação cultural que lhes imprima dinâmica no relacionamento com os públicos, na valorização das comunidades e da sociedade e na ligação à contemporaneidade. Por isso, defendo a consolidação de um programa específico de criação de itinerários de temática arqueológica, apoiado pela administração central e regional em articulação com as Autarquias, que procure também legitimar «raízes» através de uma recuperação da trajectória histórica local, em oposição à globalização cultural. Mas sem cair naquilo que tenho vindo a chamar de «síndrome identitária» e que tem conduzido à proliferação de pequenos «núcleos museológicos» locais, na maioria institucionalmente muito frágeis e que não cumprem a totalidade das funções museológicas fundamentais à luz da Lei Quadro dos museus portugueses, restringindo-se frequentemente à exibição de exposições imutáveis, que incluem colecções de objectos com (por vezes questionável) valor patrimonial. Entendo que o património deve ser visto como um recurso potenciador do desenvolvimento local. Um tal programa envolve numerosas intervenções de estudo e pesquisa, conservação e restauro de estruturas, divulgação e edição de materiais que constituam um complemento de visita e uma forma possível de entender o legado cultural – quando não a procura do sentido do «lugar de memória», em paisagens que sofrem um acelerado processo de transformação homogeneizadora. Os indicadores da milenar trajectória histórica do Algarve não se resumem, no entanto, aos objectos, aos edifícios monumentais, aos conjuntos edificados ou aos sítios que a actividade humana indelevelmente modelou. Todos os indícios da evolução da Terra, da vida e dos seres humanos formam igualmente parte desses indicadores. E, assim, todas as marcas antrópicas incorporadas no espaço geográfico são recursos que nos aproximam das comunidades que partilharam o mesmo território ao longo dos séculos, que nos permitem vislumbrar contradições sociais e lutas, interpretar as mudanças, explicar as razões daquilo que é, nos nossos dias, o Algarve onde vivemos. No domínio das acções de valorização patrimonial, tenho vindo a defender a participação e integração das comunidades da área envolvente e dos utentes potenciais do sítio arqueológico a reabilitar, inserindo os projectos de reabilitação em programas globais de salvaguarda de paisagens culturais. De entre os profissionais do património, alguns arqueólogos têm procurado consolidar o seu papel social, quer como gestores de uma parcela do património cultural das comunidades, quer como

investigadores de trajectórias históricas e, mais especificamente, como «recriadores de paisagens culturais» a partir de objectos, construções, depósitos estratificados e outros contextos conservados no subsolo ou em meio submerso, a partir dos quais só é possível extrair dados mais ou menos incompletos. E é precisamente em conjunto com as comunidades que, em minha opinião, os arqueólogos devem definir as tarefas de gestão de recursos culturais e de investigação, inseridas numa prática de intervenção consciente no território. Julgo que só a prática da cidadania com ligação directa às populações confere à pesquisa um papel no desenvolvimento e na transformação social — que é como quem diz, no esforço pela melhoria da qualidade das condições de vida dos cidadãos. E, nesta medida, atribuo grande importância ao contacto dos técnicos com as comunidades — não só para a sensibilização destas relativamente ao valor da sua própria identidade, elevando-lhes a auto-estima, mas também para lhes auscultar as interrogações acerca do seu passado, que o mesmo é dizer acerca da sua posição no mundo de hoje como resultado inconfundível de trajectórias por vezes milenárias e de reintegração dos bens culturais herdados. Por isso as práticas culturais, dirigidas a residentes e a forasteiros, devem ser inseridas numa estratégia de desenvolvimento sustentável, assumindo o património cultural histórico-arqueológico como um factor de desenvolvimento, como marca identificadora da região, como um valor económico complementar e como produto de conhecimento e inovação. O que exige, por um lado, a rentabilização das acções de valorização e a articulação dos sítios visitáveis numa rede museológica regional. A perspectiva de desenvolvimento diagnosticada no PROT e assumida para o período 2007-2013, exige que se inicie, desde já, o lançamento das condições necessárias à diversificação da economia em direcção a serviços avançados e à promoção de actividades intensivas em conhecimento. Haverá pois que aproveitar as oportunidades que o turismo abre para intervir sobre o património cultural histórico-arqueológico, para inovar metodologias de abordagem, investigar e qualificar os intervenientes no domínio das ciências e técnicas do património. Objectivando três vectores fundamentais: a teoria do conhecimento, a teoria da realidade, e a metodologia. Considero por isso que a intervenção nos monumentos tem de considerar toda a paisagem envolvente, sendo por isso indissociável de um programa de estudo científico dos territórios, dos solos antropizados e das construções que, no seu conjunto, constituem paisagens culturais em permanente mutação. Por isso, um dos aspectos de maior relevância destas intervenções e dos projectos de investigação que a elas se ligam, decorre do facto de permitirem um melhor conhecimento dos recursos territoriais, nomeadamente aqueles que reflectem as estratégias de ocupação do território e a sua transformação ao longo do tempo em função das variáveis sociais, políticas e geográficas. Mas somente a adequada difusão dos resultados da pesquisa tornará acessível a um vasto universo de utentes a caracterização das comunidades que ocuparam cada um dos territórios, considerando os diferentes modos de exploração e transformação dos recursos, a criação e repartição de riqueza, a trama social e política e a caracterização das formas de encenação do poder — descodificando de uma forma plausível todo o processo histórico que condicionou o quadro em que actualmente se movem as comunidades que herdaram esses mesmos territórios e estimulando o discurso crítico acerca da sua transformação, atitude fundamental para a construção de um futuro melhor. Desejaria que, no futuro, os sítios arqueológicos visitáveis (com os seus centros explicativos, de acolhimento, de interpretação...) sejam inseridos numa estratégia de desenvolvimento sustentável, em que os testemunhos arqueológicos sejam encarados como uma mais-valia do presente e em que a valorização dos lugares de memória ajude a situar a contemporaneidade num *continuum* de passado, presente e futuro. Fora dessa estratégia, a sua banalização como locais de ócio terminará por convertê-los em não-lugares. E eu não desejaria que a produção científica do passado, em que pessoalmente me tenho empenhado, se converta na produção dessa espécie de parques lúdicos, rememorativos de épocas pretéritas, a que alguns pretendem reduzir os sítios musealizados.

Lagos, Abril de 2009

(*) Arqueólogo. Assessor Principal da Direcção Regional de Cultura do Algarve. Sócio da AGEAL.